CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA
APROVADO p/ unanimidade
em reunião de 21/01/2014
O Presidente

--- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2013 ----------

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho. ----------

--- A reunião teve início às quinze horas e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa e os Srs. Vereadores Silvino José da Silva Lúcio e António Amaral, pelo Grupo da CDU, os Srs. Vereadores David Mendes e Herculano Valada Martins e, pela Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra (CPFNT), os Srs. Vereadores António Jorge Lopes e Maria João Martins Canilho.----------

--- Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Irene Lameiro.---------

---------- **ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

--- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO ----------

--- Tomou a palavra o Senhor Luís Santos que referiu a avaria dos semáforos da EN 3 e pediu a colocação de placas de limite de velocidade na Rua da Liberdade, nos Casais da Amendoeira, ao que o Sr. Presidente respondeu que o Sr. Vereador Silvino Lúcio já estava a tratar da situação dos semáforos e que iria ver com os serviços qual a melhor forma de acabar com o excesso de velocidade na descida dos Casais da Amendoeira. ----------

--- Tomou a palavra o Senhor Almeida que mostrou o seu agrado pelos semáforos de Aveiras de Baixo estarem a funcionar e perguntou qual a forma dos munícipes terem acesso ao Orçamento 2014 e as Grandes Opções do Plano ao que o Senhor Presidente respondeu que o documento era colocado no site da Câmara, após a sua aprovação pelos órgãos autárquicos.----------

--- INTERVENÇÕES DO PRESIDENTE E VEREADORES----------

--- Tomou a palavra a Senhora Vereadora Maria João Canilho que, a propósito do desligar de postes de iluminação pública e da fraca iluminação sentida em algumas localidades perguntou se a contenção era efetiva se realmente se poupava, e quais tinham sido os critérios seguidos para o desligar dos postes. ---

---Interveio o Senhor Vereador David Mendes dizendo que à semelhança do que acontecia em outros municípios os postes desligados deveriam conter uma nota informativa, ao que o Senhor Presidente respondeu que os cortes tinham sido efetuados até Aveiras de Cima, e estava em preparação uma segunda fase articulada de forma diferente, numa primeira abordagem o critério havia sido manter ligado um poste sim um não, o que se mostrara ineficaz, pois havia locais onde a falta de um candeeiro era muito mais sentida que dois ou três num outro local. ----------

--- Tomou a palavra o Senhor Vereador Amaral para informar do prémio recebido por dois munícipes nos campeonatos de columbofilia e felicitar o Grupo Columbófilo de Azambuja, em particular o Sr. César e o seu filho Paulo pelo referido prémio.----------

--- A Sra. Vereadora Maria João Canilho deu os parabéns e comentou a ausência do executivo na Exporainha (para além dos Vereadores da CPFNT), ao que o Presidente retorquiu que por lapso, na agenda de fim de semana não estava expressa a indicação de convite e que como fora um fim de semana com muitas atividades e o executivo dava sempre prioridade aos convites formulados, acabara por não comparecer ninguém o que lamentava tendo já explicado o equívoco ao Senhor Presidente da Direção. No seguimento da sua intervenção o Senhor Presidente transmitiu ao restante executivo o convite do Presidente da Junta de Vale do Paraíso para assistir à Procissão da Senhora do Paraíso. Continuando entregou cópia de um ofício do INALENTEJO referente ao Centro Escolar de Aveiras de Cima e entregou ainda a relação dos Processo de Contraordenação.----------

--- Interveio o Senhor Vereador Lopes que citou o email datado de 10 de Dezembro de 2013, da Dra. Teresa Cardoso para o Presidente da Câmara e perguntou, a propósito dos processos de contraordenação, o que se havia passado para que treze processos estivessem na posse do ex vereador Pratas, se não existia um registo informático da sua circulação. Considerou ser necessário saber o que se teria passado e sugeriu a abertura de um inquérito interno para se apurar o porquê da sua saída da Câmara. A propósito da deslocação do Secretário-geral do Partido Socialista à Câmara considerou excesso de zelo o comunicado de imprensa emitido ao que o Presidente retorquiu que estaria sempre aberto a receber qualquer dirigente de qualquer força política. Quanto aos processos referiu que o ex vereador tinha, na altura do final do mandato, os processos em mão e que quando esteve a retirar as coisas do gabinete deveria tê-los levado sendo agora devolvidos. Como o pessoa em causa estava

presente considerou que o melhor seria dar-lhe a palavra para que pudesse explicar o que tinha acontecido. ----------

--- Tomou a palavra o Senhor José Manuel Pratas que afirmou nunca ter levado qualquer processo para casa, estranhando que fosse dito que os processos estivessem na sua posse. --- ----------

--- Interveio o Senhor Vereador António Jorge Lopes para perguntar se os processos estavam nos sacos que o ex vereador levara e durante quatro anos estiveram desaparecidos e, se só recentemente entregues quem os entregara. Ao que o Senhor Presidente respondeu que iria indagar junto dos serviços quando é que tinham sido entregues e quem os entregara e que depois daria essa informação.

--- Tomou a palavra o Senhor Vereador David Mendes para solicitar que na próxima Reunião houvesse uma informação cabal e concisa acerca do que se passara de facto com os processos. ----------

--- Tomou a palavra o Senhor Vice Presidente para informar da sua participação no simulacro geral da CLC. Aludindo ao surto de doença que vinha a atacar as palmeiras, informou que os serviços se tinham deslocado ao palácio, embora este não fosse propriedade da autarquia, e que iria ver com a APA o que se poderia fazer para conter o surto que avançava a uma velocidade estonteante. Referiu ainda ter tido conhecimento que a Câmara de Cascais encetara procedimentos para proteger as palmeiras da Avenida do Casino que se mostraram eficazes e que iria entrar em contacto com o vereador. ----------

---------- **APROVAÇÃO DE ATAS** ----------

--- A ata da reunião ordinária realizada no dia 03 de Dezembro de 2013 foi aprovada por unanimidade.---

---------- **ORDEM DO DIA** ----------

--- Foi solicitada a inclusão, na Ordem de Trabalhos, da Proposta 32-A/P/2013 o que foi aceite por unanimidade. ----------

--- 1. Proposta Nº 29-A/P/2013 ----------

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

---*"Considerando as competências da Câmara Municipal no âmbito da elaboração dos documentos previsionais, conforme alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.*----------

--- *Proponho que a Câmara delibere:*----------

--- *1. aprovar a proposta de Orçamento para o ano de 2014 e das Grandes Opções do Plano (2014/2017), que incluem o Plano de Atividades Municipais e o Plano Plurianual de Investimentos;*----------

--- *2. que os documentos sejam submetidos à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do nº 1 do art. 25º, da legislação acima referida."*----------

--- Tomou a palavra o Senhor Vereador David Mendes que alertou para o facto de as despesas com o pessoal rondarem os cinquenta por cento da receita espectável, e solicitou esclarecimento acerca de diversos pontos do plano de atividades, como o Boletim Municipal, o Plano de Pormenor de Azambuja, Centro Escolar de Aveiras de Cima, requalificação da zona envolvente do Casto de Vila Nova de S. Pedro e do Palácio de Pina Manique, recuperação da Praia do Tejo. Referiu que na AVINHO não encontrava alterações comparativamente a edições anteriores e, quanto à instalação de unidade de cuidados continuados, considerou não achar viável uma vez que se previa que o antigo hospital Reinaldo dos Santos, em Vila Franca de Xira, fosse aproveitado para o mesmo e dada a proximidade geográfica dificilmente seria aprovado. Quanto à instalação de um posto de emergência médica em Azambuja referiu que pela proximidade da autoestrada seria mais lógica a sua instalação em Aveiras de Cima. Perguntou ainda acerca da cedência de terreno aos B.V.A. para construção do novo quartel, e acerca criação de um ninho de empresas com prestação de apoio técnico, quem é que o iria fazer. Para finalizar disse que, como sucedera nos anos anteriores e por não encontrar no Orçamento erros de cálculo que o levassem a votar contra, a CDU se absteria na votação do Orçamento apresentado. ----------

--- Em resposta o Senhor Presidente referiu que quanto ao Boletim Municipal ia ser pensado o modelo a aplicar. Quanto ao PDM ia ser criado um grupo de trabalho interno para o qual convidou o Vereador a fazer parte considerando muito útil os seus conhecimentos técnicos. Quanto à variante de Aveiras de Cima, iria falar com os promotores. Disse que a construção dos balneários em Vila Nova da Rainha fora a pedido do Senhor Presidente da Junta e em relação à recuperação do Palácio Pina Manique concordou que a palavra estaria mal aplicada e que era no sentido não da recuperação total, mas a ver o que se poderia fazer. No que concerne à AVINHO já houvera uma reunião com a Junta e a associação para se iniciarem os procedimentos e para ver o que se conseguia fazer com os parcos recursos disponíveis.

presente considerou que o melhor seria dar-lhe a palavra para que pudesse explicar o que tinha acontecido. ----------
--- Tomou a palavra o Senhor José Manuel Pratas que afirmou nunca ter levado qualquer processo para casa, estranhando que fosse dito que os processos estivessem na sua posse. --- ----------
--- Interveio o Senhor Vereador António Jorge Lopes para perguntar se os processos estavam nos sacos que o ex vereador levara e durante quatro anos estiveram desaparecidos e, se só recentemente entregues quem os entregara. Ao que o Senhor Presidente respondeu que iria indagar junto dos serviços quando é que tinham sido entregues e quem os entregara e que depois daria essa informação.
--- Tomou a palavra o Senhor Vereador David Mendes para solicitar que na próxima Reunião houvesse uma informação cabal e concisa acerca do que se passara de facto com os processos. ----------
--- Tomou a palavra o Senhor Vice Presidente para informar da sua participação no simulacro geral da CLC. Aludindo ao surto de doença que vinha a atacar as palmeiras, informou que os serviços se tinham deslocado ao palácio, embora este não fosse propriedade da autarquia, e que iria ver com a APA o que se poderia fazer para conter o surto que avançava a uma velocidade estonteante. Referiu ainda ter tido conhecimento que a Câmara de Cascais encetara procedimentos para proteger as palmeiras da Avenida do Casino que se mostraram eficazes e que iria entrar em contacto com o vereador. ----------
---------- **APROVAÇÃO DE ATAS** ----------
--- A ata da reunião ordinária realizada no dia 03 de Dezembro de 2013 foi aprovada por unanimidade.---
---------- **ORDEM DO DIA** ----------
--- Foi solicitada a inclusão, na Ordem de Trabalhos, da Proposta 32-A/P/2013 o que foi aceite por unanimidade. ----------
--- 1. Proposta Nº 29-A/P/2013 ----------
--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------
---*"Considerando as competências da Câmara Municipal no âmbito da elaboração dos documentos previsionais, conforme alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.*----------
--- *Proponho que a Câmara delibere:*----------
--- *1. aprovar a proposta de Orçamento para o ano de 2014 e das Grandes Opções do Plano (2014/2017), que incluem o Plano de Atividades Municipais e o Plano Plurianual de Investimentos;*----------
--- *2. que os documentos sejam submetidos à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do nº 1 do art. 25º, da legislação acima referida."*----------
--- Tomou a palavra o Senhor Vereador David Mendes que alertou para o facto de as despesas com o pessoal rondarem os cinquenta por cento da receita espectável, e solicitou esclarecimento acerca de diversos pontos do plano de atividades, como o Boletim Municipal, o Plano de Pormenor de Azambuja, Centro Escolar de Aveiras de Cima, requalificação da zona envolvente do Casto de Vila Nova de S. Pedro e do Palácio de Pina Manique, recuperação da Praia do Tejo. Referiu que na AVINHO não encontrava alterações comparativamente a edições anteriores e, quanto à instalação de unidade de cuidados continuados, considerou não achar viável uma vez que se previa que o antigo hospital Reinaldo dos Santos, em Vila Franca de Xira, fosse aproveitado para o mesmo e dada a proximidade geográfica dificilmente seria aprovado. Quanto à instalação de um posto de emergência médica em Azambuja referiu que pela proximidade da autoestrada seria mais lógica a sua instalação em Aveiras de Cima. Perguntou ainda acerca da cedência de terreno aos B.V.A. para construção do novo quartel, e acerca criação de um ninho de empresas com prestação de apoio técnico, quem é que o iria fazer. Para finalizar disse que, como sucedera nos anos anteriores e por não encontrar no Orçamento erros de cálculo que o levassem a votar contra, a CDU se absteria na votação do Orçamento apresentado. ----------
--- Em resposta o Senhor Presidente referiu que quanto ao Boletim Municipal ia ser pensado o modelo a aplicar. Quanto ao PDM ia ser criado um grupo de trabalho interno para o qual convidou o Vereador a fazer parte considerando muito útil os seus conhecimentos técnicos. Quanto à variante de Aveiras de Cima, iria falar com os promotores. Disse que a construção dos balneários em Vila Nova da Rainha fora a pedido do Senhor Presidente da Junta e em relação à recuperação do Palácio Pina Manique concordou que a palavra estaria mal aplicada e que era no sentido não da recuperação total, mas a ver o que se poderia fazer. No que concerne à AVINHO já houvera uma reunião com a Junta e a associação para se iniciarem os procedimentos e para ver o que se conseguia fazer com os parcos recursos disponíveis.

Explicou que a unidade de cuidados continuados vinha no seguimento das reuniões com a Santa Casa e o anterior executivo e que, relativamente ao posto de INEM, Aveiras de Cima já tinha um posto de reserva de INEM, Azambuja estava mais distante do autoestrada mas tinha muita população. Quanto à cedência de terreno aos bombeiros a Câmara não iria comprar qualquer terreno estando pensada a cedência de uma parcela na Quinta da Marquesa. A assessoria às empresas fora um desafio da ACISMA que a Câmara apoiaria na medida das suas posses. ----------

--- Interveio o Senhor Vereador David Mendes que referiu que durante a campanha eleitoral a CDU tivera algumas reuniões com os Bombeiros de Azambuja nas quais fora abordado o assunto do novo quartel e que estes tinham sido sensíveis à sua argumentação designadamente que o terreno a ceder se situava em leito de cheia, que o terreno era movediço e os bombeiros se arriscavam a ficar isolados sem poder sair do quartel. Lembrou que o terreno se situava numa zona abrangida pela falha de Muge responsável por diversos sismos e disse que os bombeiros tinham concordado que o terreno não era o mais indicado. Considerou ser necessário reformular a localização do quartel dos B.V.A. sob pena de estes perderem a sua operabilidade. ----------

--- Em resposta o Senhor Presidente referiu que tinha sido realizada uma reunião com a Direção dos Bombeiros, com a sua presença e a do então Presidente Dr. Joaquim Ramos e que o local tinha sido considerado apropriado. No entanto, iria marcar nova reunião com a Direção dos Bombeiros para conversarem e apurar a sua opinião. ----------

--- Tomou a palavra o Senhor Vereador David Mendes para dar os parabéns à Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra pela Proposta de Alteração ao Orçamento que tinham enviado, que considerou ser um trabalho muito positivo mas que não ser a altura própria para o apresentar. Em sua opinião a Proposta deveria ter sido apresentada aquando da realização da reunião preparatória do Orçamento, assim ir-se-ia perder por uma questão de "politiquice" um trabalho que até estava muito bem feito. ----------

--- Tomou a palavra a Senhora Vereadora Maria João Canilho que disse na altura da reunião preparatória do Orçamento não houvera acesso à estratégia de atuação só recebida com o expediente e que servira de base á proposta de alterações que passaria a apresentar e que a seguir se transcreve: -----

---<u>Proposta de Alteração á Proposta Nº 29/P/2013:</u> ----------

--- *"Considerando:* ----------

---*1. A Estratégia das Grandes Opções do Plano (2014/2017) e do Orçamento para 2014 deve enquadrar as principais opções políticas e as prioridades da gestão municipal.* ----------

--- *2. A atual versão da Estratégia apresentada é minimalista e, por vezes, contraditória, não respondendo ou respondendo insuficientemente a várias questões políticas às quais a Câmara Municipal de Azambuja não pode continuar alheia e que necessariamente tem de assumir como suas prioridades de gestão.* ----------

---*3. Acresce que a Estratégia apresentada não tem em conta as mais recentes previsões do Banco de Portugal e da OCDE quanto à evolução da conjuntura macro-económica em 2014.*----------

--- *Propõe-se o seguinte:* ----------

---*O ponto 2 da Proposta das Grandes Opções do Plano (2014/2017) e do Orçamento para o ano de 2014, com o título "ESTRATÈGIA", deve passar a ter a redação constante do anexo à presente proposta.* -

--- *As alterações introduzidas encontram-se assinaladas a bold e a sublinhado.* ----------

--- *ANEXO* ----------

--- *2. Estratégia* ----------

---*2014 constituirá o primeiro ano do novo mandato e, simultaneamente, o segundo ano de implementação do Plano de Ajustamento Financeiro de Azambuja no quadro da adesão do município ao Programa II do PAEL – Programa de Apoio à Economia Local.* ----------

--- *À semelhança dos últimos anos, em 2014 continuaremos a debater-nos com as dificuldades inerentes ao contexto de uma crise económica e financeira, com reflexos profundos ao nível do tecido empresarial e do quotidiano das instituições e famílias, em particular das camadas mais fragilizadas: desempregados, famílias de parcos rendimentos e franjas sociais mais desprotegidas.*----------

--- *É neste contexto de grandes dificuldades para todos que nos deparamos com a necessidade de dar resposta cabal às solicitações e anseios das populações mais carentes, que se têm vindo a deparar com a queda dos apoios sociais, recorrendo às instituições mais próximas – municípios e freguesias.* ----------

--- Nesta conjuntura, permanece um conjunto de limitações que, na prática, inviabilizam a necessária intensificação da intervenção social do Município: ----------
--- a) A substituição de uma anacrónica Lei das Finanças Locais, baseada em grande escala na dinâmica do setor imobiliário e que nos últimos anos, devido ao acelerado arrefecimento deste Setor, determinou a queda a pique das receitas dele resultante, por uma nova Lei das Finanças Locais (que entrará em vigor em 2014) que se traduz numa perda evidente da autonomia do poder local, prevendo: ----------
--- a. Redução das transferências a título de participação dos municípios e freguesias nos impostos do Estado; ----------
--- b. Eliminação progressiva do imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis (até 2017);----------
--- c. Acréscimo dos poderes da entidade reguladora dos setores de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos; ----------
--- b) A persistência de incompreensíveis isenções fiscais sobre receitas municipais - como é o caso das estruturas cuja propriedade é de Fundos de Investimento - e que abrange uma parte significativa da Zona Industrial de Azambuja, ainda que se preconize uma gradual diminuição; ----------
--- c) ELIMINADA ----------
--- A atividade, no próximo ano, será ainda balizada por um novo quadro legal, decorrente da entrada em vigor, em setembro de 2013, do novo regime jurídico das autarquias locais, das entidades intermunicipais e do associativismo autárquico. ----------
--- A par disso, o desemprego, a queda das prestações sociais e o aparecimento de núcleos sociais com enormes carências irão colocar uma enorme pressão sobre as Autarquias Locais, que são a primeira linha do apoio social às populações. ----------
--- As Autarquias Locais continuam portanto a debater-se com um novo paradigma: adaptar a sua atividade aos constrangimentos decorrentes da instabilidade jurídica e da escassez de meios financeiros (não solucionada pela nova LFL) e manter, simultaneamente um nível de intervenção que responda às crescentes necessidades sociais e que estimule o emprego e a criação de riqueza no Município – há que manter um equilíbrio entre racionalização de custos decorrente do esforço de consolidação das finanças municipais e a resposta às necessidades das populações e estímulo à economia local com reflexos ao nível do tecido empresarial e do emprego.----------
--- Os nossos principais objetivos estratégicos para 2014 incidirão nas áreas da Educação, do Ambiente e Saneamento, da Intervenção Social, do Desenvolvimento Económico e Social e Emprego e da Consolidação das Finanças Municipais. ----------
--- Passaremos seguidamente em revista cada uma delas: ---------- ---------
*--- 1. **Educação** ----------*
--- A educação manter-se-á um setor estratégico de intervenção municipal. ----------
--- No anterior mandato consolidou-se a relação entre a Escola e a Comunidade, mediante o desenvolvimento de diversos projetos educativos que terão continuidade. ----------
--- Continuaremos, também, a promover a Ação Social Escolar e as Atividades de Enriquecimento Curricular, bem como a desenvolver os programas complementares de educação numa vertente mista educativa e de apoio social. ----------
*--- **Por outro lado, importa também garantir a adequação das opções de estudo dos nossos jovens em função do mercado de trabalho emergente. Nesse sentido, deverão ser promovidas todas as diligências para a criação ou instalação de uma Escola Profissional que integre, nomeadamente, formação nas áreas da agricultura, agro-indústria e agropecuária.** ----------*
*--- É nossa intenção proceder à atualização da Carta Educativa do Município de Azambuja, de acordo com a evolução demográfica e, consequentemente, da população escolar registada nos últimos anos e com as regras de acesso aos fundos comunitários (que determinam a viabilidade de investimento em novos equipamentos). **Assumindo os princípios da boa gestão da coisa pública, só após a atualização da Carta Educativa e tendo em conta os respetivos estudos técnicos de suporte é que serão definidos os novos investimentos em infraestruturas educativas, nomeadamente os que respeitam aos centros escolares de Vila Nova da Rainha e de Aveiras de Cima.** ----------*
----- Ao nível das infraestruturas tencionamos intervir nas Escolas Básicas de acordo com o levantamento de necessidades realizado e nas EBI do Concelho em conformidade com o recebimento das verbas

inscritas para o efeito no Protocolo de transferência de competências celebrado com o Ministério ***da*** *Educação.* ----------

--- *2.* ***Ambiente e Saneamento*** ----------

---- *A execução dos contratos de concessão com Águas do Oeste e Águas de Azambuja permitem-nos antecipar, para 2014, uma cobertura quase total ao nível da população com rede de distribuição de água e a 95 por cento com recolha e tratamento de efluentes. Mantem-se, como prioritária a conclusão do processo da recolha e tratamento de águas residuais, particularmente nas freguesias de Manique do Intendente, e Vila Nova de S. Pedro esperando-se, no próximo ano, a sua conclusão.* ----------

--- *Por sua vez os investimentos programados pela AdÓ permitirão também, no decurso de 2014, a entrada o funcionamento integral do sistema de saneamento de Alcoentre.* ----------

--- ***No que respeita ao contrato de concessão com a Águas de Azambuja, é prioridade política promover a sua renegociação tendo em vista designadamente a (i) a redução do preço da água, (ii) o pagamento faseado dos custos com a ligação da Rede de Saneamento à rede predial/doméstica, (iii) a isenção do pagamento da taxa de disponibilidade em caso de rutura de fornecimento e (iv) o reforço nas análises à qualidade da água e a divulgação dos resultados na fatura mensal.*** ----------

--- ***Durante o ano de 2014, deve ser definido e implementado uma estratégia sustentável para a utilização das águas pluviais, promovendo o seu armazenamento e utilização (nomeadamente, para a rega dos espaços verdes e lavagem das viaturas municipais)*** ---------- ----------

--- *Tencionamos proceder à elaboração de um estudo que permita aferir a viabilidade de assunção (total ou parcial) da recolha de resíduos urbanos.* ----------

--- *3.* ***Intervenção Social*** ----------

--- *A atividade do Município, para além dos programas já em vigor de apoio às IPSS em termos de utentes ou de programas de investimento e do apoio a carenciados prevê:* ----------

--- *A intensificação da Ação Social Escolar, já praticada, aliás, para além do legalmente previsto;*----------

--- *O apoio aos Centros de Dia e a Lares de Terceira Idade;* ----------

--- *O apoio às famílias traduzido na manutenção dos programas de Férias Desportivas;* ----------

--- *O apoio a portadores de deficiência, através do Protocolo de apoio assinado com a CERCI;* ----------

--- *A parceria com a CERCI visando a manutenção e divulgação da Loja Social;* ----------

--- *A dinamização do Banco de Voluntariado.* ----------

--- ***O apoio às famílias carenciadas designadamente através de programas como o "Cheque Social", o "Cheque Farmácia", da comparticipação de medicamentos a idosos e do leite suplementar para bebés até ao primeiro ano de vida deverá ser enquadrado num novo modelo de gestão, mais abrangente e com respostas sociais diferenciadas, designado "Banco de Ajudas Técnicas e de Medicamentos".*** --------

--- ***Noutra perspetiva, será desenvolvido um estudo com o objetivo de assegurar a partir de 2015 a implementação de um programa de apoio a famílias desfavorecidas através do financiamento direto para a frequência de creches.*** ----------

--- *4.* ***Desenvolvimento Económico e Social e Emprego*** ----------

--- *Continuaremos a investir no Programa de Divulgação e Promoção do Município tendo em vista a divulgação das potencialidades do Concelho nas suas diferentes dimensões apostando em parcerias com diversas instituições e organismos, designadamente ACISMA, APAMIM, CIMLT, Turismo do Alentejo, entre outras.* ***Neste âmbito será criada a marca "SABORES DE AZAMBUJA" para a promoção dos produtos agrícolas e artesanais locais e implementado o programa "AZAMBUJA DÁ SAÚDE" que se destina a garantir a envolvência do setor agrícola local no fornecimento de produtos agrícolas para a indústria farmacêutica e cosmética.*** ----------

---- *Acompanharemos a evolução da implementação do novo quadro comunitário (Quadro Estratégico Comum – QEC - 2014/2020) e a abertura de candidaturas aos diferentes eixos, canalizando para o Município os investimentos considerados viáveis e necessários para o seu desenvolvimento.* ----------

--- *Será nossa aposta intensificar a colaboração com a ACISMA em projetos que visem estimular o Setor Produtivo e o Emprego, designadamente através da criação de um conselho consultivo com associações, empresas, empresários e instituições de relevância no concelho para promover a ligação estratégica entre o tecido económico e o tecido social, de um "Ninho de Empresas" visando a prestação de apoio técnico a empresas e empresários que pretendam iniciar atividade no concelho e de uma loja de*

informação e apoio administrativo aos empresários e empresas do concelho. ----------
--- ***A par deste reforço de colaboração com a ACISMA, serão organizadas reuniões regulares entre os centros de distribuição logística e os empresários e agricultores locais, promovendo o trabalho em rede e novas oportunidades de negócio.*** ----------
--- *Também se prevê a intensificação do apoio ao emprego através da atividade do Gabinete de Inserção Profissional (GIP).* ----------
--- *5.* ***Consolidação das Finanças Municipais*** ----------
---- *Em 2014 daremos continuidade à implementação do Plano de Ajustamento Financeiro de Azambuja, visando o restabelecimento do equilíbrio da situação financeira do Município, mantendo a obrigatoriedade legal de intensificação do ajustamento municipal nos primeiros 5 anos de vigência do PAEL, por via da:* ----------
--- *redução e racionalização da despesa corrente e de capital;* ----------
--- *redução do prazo médio de pagamentos, eliminação dos pagamentos em atraso e, consequente estabilização do stock da dívida municipal;* ----------
--- *revisão da norma de controlo interno e aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, bem como ao nível da aplicação de coimas (processos de contraordenação) e da promoção dos processos de execução fiscal a cargo do município;* ----------
--- *da otimização da receita própria, com ajustamento progressivo dos preços cobrados pelo município no setor dos resíduos, nos termos definidos nas recomendações da entidade reguladora;* ----------
--- *celebração de contratos de execução com as freguesias, com manutenção de competências na esfera da entidade que apresenta melhores condições para a gestão equilibrada da atividade e do risco.* ---------
--- ***A propósito dos processos de contraordenação assume-se como objetivo prioritário a conclusão dos processos pendentes até ao final do primeiro semestre de 2014.*** ----------
--- ***Quanto ao serviço da dívida, e se houver capacidade financeira, é objetivo assegurar o reembolso antecipado dos seguintes empréstimos bancários: "Financiamento Projetos Municipais (2.º Rateio/04)", no valor de 15.402,47€, "Esgotos de Casais das Comeiras", no valor de 57.921,93€ e "Esgotos Domésticos de Vila Nova S. Pedro e Outeiro", no valor de 63.249,95"***. ----------
--- O Senhor Presidente afirmou concordar com alguns aspetos da proposta apresentada, mas que achava que não poderia apreciar de imediato duas ou três situações nela referidas que exigiam uma reflexão mais aprofundada, pelo que não a poderia votar favoravelmente. ----------
--- Tomou a palavra o Senhor Vereador o Senhor Vereador António Jorge Lopes que disse registar com agrado o acolhimento de algumas sugestões referidas no Proposta de Alteração. Considerou não ser possível fazer uma proposta de alteração sem ter previamente o texto e que sugeriu que com um esforço conjunto poder-se-ia, relativamente a cada um dos pontos, ver os que reuniam consenso. --------
--- O Senhor Vereador Herculano Martins disse não perceber a apresentação da Proposta de Alterações no dia da discussão do Orçamento uma vez que tinha sido pedida a colaboração e que deveria ter sido apresentada antes. O Senhor Presidente declarou partilhar essa opinião como e propôs retirar alguns pontos da Proposta de Alteração de modo a poder ser votada. ----------
--- O Senhor Vereador Jorge Lopes considerou que uma vez que não havia consenso nas alterações apresentadas na Proposta a proposta seria votada nos exatos termos em que fora apresentada.----------
--- Uma vez posta a votação a Proposta 29-A/P/2013 foi aprovada com quatro votos a favor (Grupo PS e Vereador Herculano Valada), dois votos contra (Grupo CPFNT) e uma abstenção (Vereador David Mendes do Grupo CDU). ----------
--- Uma vez posta a votação a Proposta de Alteração à Proposta nº 29/P/2013 foi reprovada com cinco votos contra (PS e CDU) e dois votos a favor (CPFNT).----------
--- A Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra apresentou a declaração de voto que se transcreve: ----------
---*" O presente Orçamento é contraditório nomeadamente porque as Juntas de Freguesia passam a ter legalmente mais competência e as verbas consagradas neste Orçamento reduzem as transferências para as Juntas de Freguesia; neste Plano de Atividades e Orçamento refere-se a necessidade de haver um reforço ao nível das medidas sociais e neste orçamento há uma redução das verbas afetas a apoio social; este orçamento também refere a necessidade de haver um reforço ao nível das receitas de*

contraordenações, mas face ao orçamento de 2013 as receitas previstas são menores. Existe uma contradição entre várias, que dificulta a execução deste Plano de Atividades e Orçamento; quisemos de forma construtiva introduzir várias alterações do ponto de vista da estratégia a seguir, nomeadamente a referente à renegociação do contrato com a AdAz, a maior apoio ao nível social e também do desenvolvimento socioeconómico, que encontraram nalguns elementos da maioria socialista resistências que impediram a conciliação e consenso que tornaria viável de outra forma este projeto de plano de atividades e orçamento 2014. Lamentamos a situação e esperamos que daqui para a frente a maioria socialista revele uma flexibilidade idêntica à que o Senhor Presidente da Câmara acabou de revelar, não obstante o seu sentido de voto." ----------

---**2. Proposta Nº 30-A/P/2013** ----------

--- O Sr. Presidente, apresentou a Proposta que a seguir se transcreve. ----------

---*"Considerando:* ----------

--- *o disposto no artigo 22º do Decreto-Lei nº197/99, de 8 de junho, adaptado à Administração Local, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação, venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetiva sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:*----------

--- *a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;*----------

--- *b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.*----------

--- *a alínea c) do nº 1 do art.6º da Lei nº 8/12, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA), estabelece que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.* ----------

--- *o artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho que regulamenta a citada LCPA, estabelece que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação dos documentos previsionais.*----------

--- *Proponho, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando aplicar uma solução idêntica à preconizada para as outras entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal.*----------

--- *1. Para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do art.º 6 da Lei nº 8/12, de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:*----------

--- *a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;*----------

--- *b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos ou, caso excedam, já tenham obtido a autorização da Assembleia Municipal no âmbito do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho.*--
---

--- *2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no numero anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei nº 8/12, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.*----------

--- *3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de caráter continuado e repetitivo que não estejam excluídas do conceito de compromissos plurianuais mencionados no Sistema Central de Encargos Plurianuais dos manuais da DGO e da DGAL de apoio à aplicação da LCPA, desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do nº 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.*----------

--- *OBS: Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal será presente uma informação da qual*

conste os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe."----------

--- Tomou a palavra o Senhor Vereador David Mendes para referir que a CDU considerava ser esta uma opção da Câmara e que por considerar ser uma questão de gestão e esta pertencer ao Grupo mais votado a CDU, à semelhança de outros anos, se absteria na votação da Proposta.----------

--- Interveio o Senhor Vereador António Lopes que referiu que à semelhança do que acontecera em anos anteriores, por uma questão de coerência e por considerar que a Assembleia Municipal era o Órgão Fiscalizador e que não lhe deveriam ser tirados poderes o que em seu entender acontecia com esta proposta, a CPFNT votaria contra a Proposta. ----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 29-A/P/2013 foi aprovada com quatro votos a favor (Grupo PS e Vereador Herculano Valada), dois votos contra (Grupo CPFNT) e uma abstenção (Vereador David Mendes do Grupo CDU).----------

--- 3. Proposta Nº 31 – A/P/2013 ----------

--- A Proposta foi retirada. ----------

--- 4. Proposta Nº 5/VP.SL/2013 ----------

--- O Senhor Vice-presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:----------

-- *"Considerando que:* ----------

--- *A Câmara Municipal de Azambuja aprovou na sua reunião ordinária de 06/11/2013, efetuar o pagamento dos custos da iluminação exterior do edifício da Santa Casa da Misericórdia de Azambuja, sito nos Poisões, em Azambuja;* ----------

--- *No decurso da operação de instalação e ligação dos pontos de iluminação exterior do edifício sugiram diversas avarias que implicam o pagamento de uma quantia avultada por parte da Instituição aquando da sua reparação;* ----------

--- *A Santa Casa da Misericórdia solicitou à Câmara apoio financeiro na comparticipação das despesas a efetuar com os trabalhos a realizar na rede de iluminação exterior, conforme pedido que se anexa.* --------

--- *A Santa Casa da Misericórdia é uma instituição de utilidade pública, com atividade na área da assistência social e que têm vindo a desenvolver um trabalho relevante no âmbito social, infantil e educativo e por todos reconhecido de grande interesse público para a população do Município;* ----------

--- *Proponho:* ----------

--- *Que a Câmara Municipal, face aos termos e fundamentação supra expostos delibere, atribuir o montante 1.215,00 Euros à Santa Casa da Misericórdia por forma a comparticipar nas despesas a realizar nos trabalhos de iluminação exterior do edifício."* ----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 5/VP/SL/2013 foi aprovada por unanimidade.----------

--- 5. Proposta Nº 2/VAA/2013 ----------

--- O Senhor Vereador António Amaral apresentou a proposta que a seguir se transcreve:----------

--- *"Considerando:* ----------

--- *a necessidade de dar continuidade ao funcionamento do Pavilhão Municipal de Azambuja, bem como as atividades desportivas que ali são desenvolvidas;* ----------

--- *a necessidade de efetuar as seguintes tarefas:* ----------

--- *I. Programação das atividades desportivas no Pavilhão Municipal, dirigida aos diversos escalões etários e abrangendo várias modalidades desportivas;* ----------

--- *II. Dinamização da prática desportiva em período pós-laboral, dinamizando a sua utilização por grupos através duma intervenção ao nível do sector empresarial local;* ----------

--- *III. Divulgação, promoção e programação da prática desportiva dirigida à população em idade escolar;* ----------

--- *IV. Organização de torneios desportivos;* ----------

--- *V. Organização de eventos desportivos dirigidos às Associações e Coletividades do Município;* ----------

--- *as funções a desempenhar, embora sem horário determinado, que exigem um acompanhamento específico em período noturno e fins-de-semana e urge celebrar um contrato para a prestação de serviços;* ----------

--- *O atual regime jurídico que regula os contratos de aquisição de serviços, designadamente, o disposto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado para o corrente ano - Lei n.º 66-B/2012, de 31 de*

Dezembro -, e ainda, o disposto no n.º 1 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro na sua redação atual, e a Portaria n.º 16/2013, de 17 de janeiro, torna-se necessário obter parecer prévio favorável do executivo municipal para, verificação do requisito previsto na al. a) no n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro na sua redação atual; ----------

--- *que os termos e a tramitação do mencionado parecer a emitir pelo órgão executivo obedece ao que vier a ser regulado nos termos de uma portaria referida no n.º 1 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 209/2009, que ainda não foi publicada, mas que a Câmara tem entendido aplicar com as devidas adaptações o disposto na Portaria n.º 16/2013, de 17 de Janeiro, aplicável à Administração Central na regulação da mesma matéria;* ----------

--- *a necessidade de instruir o referido parecer, importa saber o seguinte:* ----------

--- *Pretende-se efetuar a contratação, em regime de avença, de uma pessoa com experiência na organização e gestão de eventos desportivos, conhecimento das Coletividades e Associações do Município, da sua estrutura educativa e desportiva e do tecido empresarial do Concelho;* ----------

--- *Milton Freddy Marinho de Almeida tem as características exigidas para o desenvolvimento desta tarefa;* ----------

--- *Que a contratação pretendida não se revela exequível através do recurso a qualquer outra modalidade de relação jurídica de emprego público, uma vez que tem especificidades de ordem técnica;*

--- *Que a prestação de serviço pretendida não pressupõe subordinação hierárquica nem configura a execução de trabalho subordinado sendo exercida com autonomia técnica;* ----------

--- *Que a especificidade da contratação pretendida e a relação de confiança que deve presidir ao trabalho a desenvolver, aconselha a que se recorra à contratação do mesmo indivíduo supra identificado, mediante a contratação, em regime de avença, através de um convite ao mesmo prestador de serviços;* ----------

--- *Que a despesa, a realizar integralmente no ano 2014, será inscrita na proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014, na RO 03/02.02.20 e AP 07.02.02.02, conforme declaração de cabimento orçamental prevista nos termos da al) b) do n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º16/2013, de 17 de janeiro;* ----------

--- *Que para a celebração do contrato de aquisição de serviços se recorrerá ao procedimento de ajuste direto.* ----------

--- *Proponho:* ----------

--- *Que a Câmara Municipal, ao abrigo da legislação supra mencionada e com base nos fundamentos expostos, delibere emitir parecer favorável à celebração de contrato de prestação de serviços, em regime de avença, com Milton Freddy Marinho de Almeida, pelo valor global de 8.836,32 euros, valor isento de IVA, nas seguintes condições:* ----------

--- *Que seja comprovada a regularização das obrigações contributivas e fiscais do prestador de serviço;* -

--- *Que o trabalho seja desenvolvido num prazo de 12 meses após a assinatura do contrato;* ----------

--- *Que o pagamento seja faseado em 12 prestações mensais, iguais e sucessivas."* ----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 2/VAA/2013 foi aprovada por unanimidade. ----------

--- **6. Proposta Nº 32-A/P/2013** ----------

--- O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

--- *"Considerando que:* ----------

--- *1. a responsabilidade da Autarquia em matéria de intervenção no parque escolar;* ----------

---*2. que o Agrupamento de Escolas assumiu realização de alguma intervenções nos estabelecimentos escolares, garantindo assim uma maior celeridade na resolução de algumas questões de segurança, funcionamento de equipamento e conservação dos edifícios;* ----------

--- *3. A informação que se anexa e que descrimina as intervenções a que se reporta o ponto anterior.* -----

--- *Propõe-se que:* ----------

--- *Seja atribuída a verba de 23.283,90€ ao Agrupamento de Escolas de Azambuja.* ----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 32-A/P/2013 foi aprovada por unanimidade. ----------

--- **7. INFORMAÇÕES** ----------

--- **7.1. Departamento de Administração e Finanças** – Divisão Financeira - Contabilidade – Resumo da Execução Orçamental - Período de 1/1/2013 a 10/12/2013 ----------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
--- **7.2. Departamento de Administração e Finanças** – Divisão Financeira – Aprovisionamento Adjudicação de Bens e Serviços de Valor ≥ 25.000 Euros – Período de 29/11/2013 a 11/12/2013 ----------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
--- **7.3. Departamento de Administração e Finanças** – Divisão Financeira – Aprovisionamento - Adjudicação de Bens e serviços ao abrigo do Art.º. 75 LOE – Período de 14/11/2013 a 12/12/2013. --------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
--- **7.4. Departamento de Administração e Finanças** – Inf. Nº 19 P/2013/2013DAF-Modificação ao Orçamento. ----------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
-- Nos termos Regimentais o Senhor Presidente solicitou se alguém do público quereria usar da palavra.
--- Tomou a palavra o Senhor José Manuel Pratas que solicitou a abertura de um processo de inquérito para apurar o que se passara com o desaparecimento dos processos e solicitou que a Dra. Maria João Canilho e o Arquiteto David Mendes, pudessem integrar a comissão de inquérito, ao que o Senhor Presidente retorquiu que numa primeira fase iria indagar junto dos serviços o que de facto se passara. --
--- Tomou a palavra o Senhor Daniel Claro, que referiu ter o maior respeito pelo executivo e pelos funcionários da Câmara Municipal, mas que considerava que era prioritário a atenção aos problemas dos munícipes do Concelho, considerando prioritário a resolução dos problemas que afetam os munícipes, que no caso concreto do problema de abastecimento de água que ocorrera uns dias antes e afetara seriamente empresas e particulares não houvera da parte da câmara ou dos seus funcionários qualquer comunicado à população contrariamente ao que acontecera com a divulgação da vinda do Secretário-geral do Partido Socialista. ----------
--- **ENCERRAMENTO** ----------
--- Eram dezanove horas e dez minutos quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião. ----------
--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pelo Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro, sob cuja responsabilidade foi elaborada.----------